



Correio Manhã

20-12-2015

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 174177

Temática: Banca/Seguros

Dimensão: 1968

Imagem: S/Cor

Página (s): 1/10/11

COMISSÃO DE 5% PARA FUGIR AO FISCO



**ESPIRITO SANTO
TRANSFERÊNCIA
DE DEPÓSITOS
MILIONÁRIOS**

■ Sociedade do GES
oferecia **serviços
de ocultação**
de rendimentos em
territórios offshore
PÁGS. 10 E 11

10 DOMINGO
20 DEZEMBRO 2015

ATUALIDADE III

OPERAÇÃO
FURÇÃO

JUSTIÇA ■ EMPRESA ACUSADA EM INVESTIGAÇÃO DO DCIAP

Espírito Santo cobra 5% a milionários

■ Sociedade oferecia serviços de ocultação de rendimentos em territórios offshore



■ José Manuel Espírito Santo e Ricardo Salgado foram acionistas da sociedade do universo Grupo Espírito Santo que oferecia serviços que visavam a ocultação de rendimentos em paraísos fiscais

● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

O Grupo Espírito Santo (GES) cobrava, através da empresa ESGER, uma comissão de 5% sobre o capital que os clientes do BES queriam esconder do Fisco em paraísos fiscais.

Nas escutas do processo Operação Furção, no âmbito do qual a ESGER foi acusada pelo Ministério Público de fraude fiscal, surge o caso de um cliente da Covilhã que queria retirar 50 milhões de euros do BES, em Es-

panha, e colocá-los na Suíça ou em Miami. Por esta operação de branqueamento, a ESGER retinha 2,5 milhões de euros.

O Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) investigou a atividade da ESGER e constatou que esta sociedade teve como acionistas, entre 1993 e 2000, o BES, Ricardo Salgado e José Manuel Espírito Santo. No final de 2000, foi

ESGER foi uma das empresas acusadas no 'Furção'

adquirida pela IAC Consulting Limited, offshore detida pelo GES através da Espírito Santo Resources. Segundo a acusação, a ESGER ofereceu, pelo menos entre 2001 e 2005, "serviços que visavam a ocultação de rendimentos, para efeito da tributação devida em Portugal, através da transferência, pela interposição de entidades instrumentais, dos rendimentos dos sujeitos

passivos nacionais para entidades sediadas em territórios offshore, onde beneficiavam de regimes fiscais mais favoráveis".

ESCUTAS DENUNCIAM ESQUEMA

● As escutas que constam do processo revelam como o dinheiro era escondido em paraísos fiscais. No caso do cliente da Covilhã, que tinha 50 milhões de euros em Espanha, a solução encontrada passava por transferir o dinheiro para o BES Panamá.

A fraude fiscal passava pela emissão de faturas falsas por sociedades offshore, com a colaboração de empresas em Inglaterra, com vista a colocar os capitais em paraísos fiscais: 95% eram enviados para a conta bancária de uma offshore na Suíça ou no Panamá e os restantes 5% pagavam o esquema. ■

NOTÍCIA EXCLUSIVA DA EDIÇÃO EM PAPEL

DCIAP | CINCO ACUSAÇÕES

Desde que Amadeu Guerra lidera o DCIAP – sucedeu a Cândida Almeida em 2013 –, foram proferidas quatro das cinco acusações no caso Operação Furacão



ESGER | FAMÍLIA ACIONISTA

A ESGER teve como acionistas três membros da família Espírito Santo, entre 1993 e 2000: Ricardo Salgado, José Manuel Espírito Santo e Mário Mosqueira do Amaral

OFFSHORE | SUÍÇA E PANAMÁ

O esquema de fraude fiscal oferecido aos clientes milionários do BES para fugir aos impostos tinha na Suíça e no Panamá os principais destinos do dinheiro

ESGER ligada a BES e GES

A investigação permitiu identificar as ligações entre várias entidades do GES. Num dos despachos de acusação, lê-se que foi constatada uma “ligação da ESGER ao BES, concretamente ao Departamento de Private Banking, e ao GES, quer pela detenção última das participações sociais daquela sociedade, quer pela intenção de fidelização de clientes da ESGER!”

PORMENORES

141 milhões de euros em impostos que tinham ‘fugido’ ao Estado foram recuperados pelo DCIAP desde o início do megaprocessamento Operação Furacão, em 2005.

759 ARGUIDOS

No âmbito da investigação, foram abertos 149 inquéritos e constituídos 759 arguidos, dos quais 108, entre pessoas singulares e coletivas, já foram acusados.

Finanças perdem em impostos devido à diminuição do IRS e do IRC



JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Estado português perde milhões em receitas fiscais

O esquema de fraude fiscal oferecido pela ESGER e outras sociedades, como a Multifinance e a Finatlantic, provocou ao Estado perdas de receita fiscal equivalentes a 47,5% dos capitais colocados pelos clientes em paraísos fiscais. As consequências da fraude são descritas nos autos do processo 92/07, que o

CM consultou no DCIAP. O Estado perdeu receita fiscal por duas vias: 27,5% por diminuição do IRC e 20% por redução do IRS, através do enriquecimento dos sócios de empresas que não declararam ao Fisco o dinheiro recebido pela distribuição dos lucros. Em contrapartida, vários intervenientes ganharam com

esse esquema: os empresários, que ficam com o dinheiro sem pagar impostos em Portugal, e os intermediários do esquema, que ganham comissões pelo trabalho prestado. A Inglaterra e o Panamá obtiveram receitas de IRC, emolumentos e taxas com a criação das sociedades que intervieram no esquema.

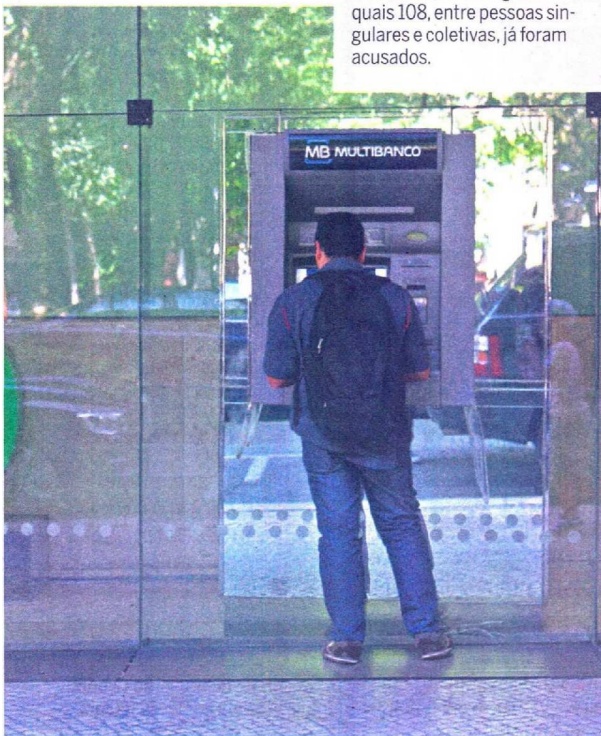
Clientes com mais de 250 mil €

Os clientes do BES com saldo nas contas bancárias superior a 250 mil euros eram alvos potenciais para a adesão ao esquema de fraude fiscal oferecido pela ESGER. Segundo a acusação, por sugestão do gestor de conta ou por iniciativa do próprio

cliente, era estabelecido o contacto com a ESGER, com vista a encontrar a melhor solução de aplicação do dinheiro. O objetivo era encontrar um produto que permitisse a obtenção de maior rendimento e não pagasse imposto em Portugal.



Clientes ricos eram sondados pelo gestor de conta



JOÃO SANTOS